

## **PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS**

Processo TCM nº **10083e21**

Exercício Financeiro de **2020**

Prefeitura Municipal de **GLÓRIA**

**Gestor: David de Souza Cavalcanti**

Relator **Cons. Francisco de Souza Andrade Netto**

## **RECURSO ORDINÁRIO**

### **I - RELATÓRIO**

Cuida o expediente de Recurso Ordinário, formulado pelo Sr. **David de Souza Cavalcanti**, nos autos do Processo TCM nº **10083e21**, que trata da prestação de contas da Prefeitura Municipal de **GLÓRIA**, exercício financeiro de **2020**, da Relatoria do Cons. Nelson Pellegrino, tendo em vista o Parecer Prévio emitido pela **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** das contas referenciadas, com cominação ao responsável do seguinte gravame:

- **Multa de R\$1.000,00** (Hum mil reais), nos termos do art. 71, inciso II combinado com o art. 76, inciso III, alínea “d” da Lei Complementar nº 06/91, notadamente em razão das irregularidades remanescentes.

Irresignado com o Decisório, o responsável ingressou com o Recurso Ordinário, visando a reforma do Parecer Prévio exarado, quando foram tecidas considerações em torno de irregularidades consignadas como ressalvas à Prestação de Contas.

Conclui a petição, ao tempo em que solicita:

*“a) Seja recebido o presente recurso, e seus anexos, em seu efeito suspensivo, e providenciada sua juntada aos autos do Processo de n.º 10083e21;*

*b) Seja conhecido, porque tempestivo e, ao final, seja PROVIDO em todos os seus termos, no sentido de permitir a exclusão da pena pecuniária aplicada através da DID PCO 10083e21APR, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais), mantidos os demais termos do PARECER PRÉVIO PCO Nº 10083e21APR.”*

Embora não tenha havido pronunciamento por escrito da D. Procuradoria de Contas nos autos, o art. 5º, inciso II, da Lei Estadual nº 12.207/11, combinado com o art. 63, inciso II, do Regimento Interno desta Corte, resguarda a possibilidade de o Ministério Público de Contas manifestar-se, verbalmente, durante as sessões de julgamento.

### **II FUNDAMENTAÇÃO:**

Atendidos os requisitos de legitimidade e tempestividade, dispostos nos arts. 309 e 314, §1º do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios, o recurso ordinário merece ser conhecido.

Após tudo visto e devidamente analisado o apelo, em cotejo com os elementos assentados no Parecer Prévio, cumpre registrar as conclusões a seguir descritas:

No que concerne ao exame do Relatório de Controle Interno, assinalou o Parecer Prévio a ausência da *“Declaração em que o Prefeito atesta ter tomado conhecimento, inobservando o disposto no Anexo I da Resolução TCM n. 1.378/18”*, o que fora desconstituído na fase de recurso ordinário, mediante apresentação do documento constante no Doc. 01.

Um passo adiante, fica descaracterizada a anotada divergência entre o valor informado como transferido e o efetivamente contabilizado pela Prefeitura, referente ao FUNDEB, porquanto restou comprovado que diz respeito a arrecadação dos precatórios do referido FUNDO, Fonte de Recurso 95, registrado na rubrica 1.7.1.8.09.1.1.02, conforme CONHECIMENTO DE RECEITA nº 3.107 e COMPROVANTE DA ENTRADA DO RECURSO (DOCS. 02 e 03).

De outra parte, em grau de recurso, o gestor disponibilizou o Processo de Inexigibilidade nº 074/2020IN – assessoria e consultoria jurídica de R\$130.000,00, dado como ausente no decisório, mediante notificação do achado nº AUD.INEX.GM.001445, da Cientificação Anual (Doc. 04).

Por fim, fica acolhida a relação beneficiários vinculada a Dívida Fundada Interna, apensada ao Doc. 05 da peça recursal, cujo envio anterior fora ilegível, pelo que fica sanada a questão sinalizada no Parecer Prévio.

Todavia, em que pese o gestor haver descaracterizado os apontamentos assinalados, tal fato, por si só, **não causa impacto capaz de reduzir a penalidade aplicada**, dada a permanência das demais irregularidades no rol de ressalvas, inclusive aquelas de grande relevância, as quais não se constituíram objeto de questionamento nesta fase recursal.

Ademais, cumpre a esta Relatoria enfatizar o valor do gravame aplicado no bojo da Deliberação de Imputação de Débito, na importância de R\$1.000,00, estabelecido como valor mínimo de multas aplicáveis às situações previstas nos incisos I a VIII e parágrafo único do art. 71 da Lei Complementar nº 6, de 06.12.91, para o exercício de 2020, consoante Resolução TCM nº 1389/2019.

### **III DISPOSITIVO:**

Diante do exposto, com base no parágrafo único do art. 88 da Lei Complementar nº 06/91, é de se **CONHECER** e, no mérito, **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao Recurso Ordinário interposto pelo Sr. **David de Souza Cavalcanti**, Prefeito do Município de **GLÓRIA**, exercício de 2020, Processo TCM nº **10083e21**, para desconstituir as irregularidades retratadas no recurso ordinário; **mantendo-se a multa de R\$1.000,00** (um mil reais), nos



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

termos do art. 71, inciso II combinado com o art. 76, inciso III, alínea “d” da Lei Complementar nº 06/91, notadamente em razão das irregularidades remanescentes; o pronunciamento pela **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** das contas referenciadas e demais determinações.

**SESSÃO ELETRÔNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA**, em 12 de julho de 2022.

**Cons. Francisco de Souza Andrade Netto**  
**Relator**

Este documento foi assinado digitalmente conforme orienta a resolução TCM nº01300-11. Para verificar a autenticidade deste parecer, consulte o Sistema de Acompanhamento de Contas ou o site do TCM na Internet em [www.tcm.ba.gov.br](http://www.tcm.ba.gov.br) e acesse o formato digital assinado eletronicamente.